



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

12/01/2015 ATÉ 12/01/2015



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG ABIMAEEL COSTA.....	1
	1.2 BLOG DO MINARD.....	2
	1.3 O IMPARCIAL ONLINE.....	3
	1.4 SITE JUSBRASIL.....	4 5 6
2	CONVÊNIOS	
	2.1 O IMPARCIAL ONLINE.....	7
	2.2 UNIVERSO PÚBLICO.....	8
3	EXECUÇÕES PENAIS	
	3.1 SITE JUSBRASIL.....	9
4	JUÍZES	
	4.1 SITE JUSBRASIL.....	10
5	PLANTÃO NO TJMA	
	5.1 SITE CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	11

Crianças e adolescentes vítimas de violência passam a contar com serviço de depoimento especial

Visando humanizar o atendimento e evitar a revitimização, crianças e adolescentes dos municípios de São Luís, Bacabal, Santa Inês, Imperatriz, Caxias, Timon, Raposa, Coelho Neto, Coroatá e São Mateus, vítimas ou testemunhas de violência sexual, física e psicológica passam a contar com espaços estruturados para a coleta de depoimento, compostos por salas equipadas com sistema de gravação de áudio e vídeo localizado em um espaço reservado, interligado à sala de audiência, de onde o juiz, o promotor, advogados participam do processo. Profissionais de psicologia e serviço social atuam nas salas como intermediadores, realizando a entrevista com as vítimas.

O método permite a escuta em separado das vítimas de menor idade, que costumam se sentir constrangidas de falar na presença de outras pessoas ou dos supostos agressores. "Esse procedimento leva em conta o estágio de desenvolvimento da vítima e o grau de compreensão dos fatos, preservando sua integridade física e emocional", explicou a presidente do TJMA.

"Nas salas especiais, as vítimas e testemunhas se sentem mais a vontade para narrar os fatos relacionados ao crime, com a presença de profissionais capacitados, e sem sofrerem nenhum tipo de constrangimento ou ameaça", enfatizou o responsável pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal (CIJ-TJMA), desembargador Jamil Gedeon Neto,

No Maranhão, o primeiro espaço especializado na coleta do depoimento de crianças foi instalado em 2008, no Fórum de Coelho Neto, antes mesmo da recomendação feita pelo CNJ, em 2010. O espaço é coordenado pela juíza membro da CIJ, Karla Jeane Matos, também titular daquela comarca.

CNJ - A implantação das salas de depoimento especial cumpre a Resolução nº 33/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que recomendou a criação de serviço especializado na oitiva de menores de idade, vítimas ou testemunhas de crimes, no qual a palavra da criança e do adolescente é valorizada na produção de provas testemunhais para a responsabilização dos agressores.

Com informações do TJ/MA

TJ instala salas especiais para depoimento de crianças vítimas de violência

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instalou, em 2014, em várias comarcas do Estado, salas equipadas para a coleta de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física e psicológica em processos que tramitam na Justiça. Os espaços estruturados estão em funcionamento nas comarcas de São Luís, Bacabal, Santa Inês, Imperatriz, Caxias, Timon, Raposa, Coelho Neto, Coroatá e São Mateus. A próxima sala será implantada no Fórum de Chapadinha.

Para a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, o depoimento especial humaniza o atendimento e evita a revitimização das crianças e adolescentes. "Esse procedimento leva em consideração o seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão dos fatos, evitando qualquer tratamento intimidativo ou constrangedor", explicou ao entregar sala instalada no Fórum de São Luís.

O desembargador Jamil Gedeon Neto, responsável pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal (CIJ-TJMA), demonstrou aos diretores dos fóruns como funcionará a oitiva de crianças. "Nas salas especiais, as vítimas e testemunhas se sentem mais a vontade para narrar os fatos relacionados ao crime, com a presença de profissionais capacitados, e sem sofrerem nenhum tipo de constrangimento ou ameaça", reforçou.

No Maranhão, o primeiro espaço especializado na coleta do depoimento de crianças foi instalado em 2008, no Fórum de Coelho Neto, antes mesmo da recomendação feita pelo CNJ, em 2010. O espaço é coordenado pela juíza membro da CIJ, Karla Jeane Matos, também titular daquela comarca.

"Essa conquista representa a realização de um anseio de todos os profissionais que atuam na área da infância e juventude e, principalmente da sociedade. A partir de agora, poderemos julgar os respectivos casos com mais segurança, tendo em vista que os relatos serão mais fidedignos ao preservarmos a integridade emocional das vítimas, em um ambiente apropriado", assegurou o juiz e diretor do Fórum de São Mateus, Marco Aurélio Marques.

O projeto conta nas comarcas com parceria do Poder Executivo, na cessão de assistentes sociais e psicólogos que irão atuar nos casos.

CNJ - A implantação das salas de depoimento especial cumpre a Resolução nº 33/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que recomendou a criação de serviço especializado na oitiva de menores de idade, vítimas ou testemunhas de crimes, no qual a palavra da criança e do adolescente é valorizada na produção de provas testemunhais para a responsabilização dos agressores. Compartilhe :

- * Facebook
- * Twitter
- * Imprimir
- * Email
- * Google
- *

Tags:criança, forum, TJ, violência

Judiciário instala salas de depoimento de crianças vítimas de violência

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instalou, em 2014, em várias comarcas do Estado, salas equipadas para a coleta de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física e psicológica em processos que tramitam na Justiça. Os espaços estruturados estão em funcionamento nas comarcas de São Luís, Bacabal, Santa Inês, Imperatriz, Caxias, Timon, Raposa, Coelho Neto, Coroatá e São Mateus. A próxima sala será implantada no Fórum de Chapadinha.

Para a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, o depoimento especial humaniza o atendimento e evita a revitimização das crianças e adolescentes. "Esse procedimento leva em consideração o seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão dos fatos, evitando qualquer tratamento intimidativo ou constrangedor", explicou ao entregar sala instalada no Fórum de São Luís.

O desembargador Jamil Gedeon Neto, responsável pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal (CIJ-TJMA), demonstrou aos diretores dos fóruns como funcionará a oitiva de crianças. "Nas salas especiais, as vítimas e testemunhas se sentem mais a vontade para narrar os fatos relacionados ao crime, com a presença de profissionais capacitados, e sem sofrerem nenhum tipo de constrangimento ou ameaça", reforçou.

No Maranhão, o primeiro espaço especializado na coleta do depoimento de crianças foi instalado em 2008, no Fórum de Coelho Neto, antes mesmo da recomendação feita pelo CNJ, em 2010. O espaço é coordenado pela juíza membro da CIJ, Karla Jeane Matos, também titular daquela comarca.

"Essa conquista representa a realização de um anseio de todos os profissionais que atuam na área da infância e juventude e, principalmente da sociedade. A partir de agora, poderemos julgar os respectivos casos com mais segurança, tendo em vista que os relatos serão mais fidedignos ao preservarmos a integridade emocional das vítimas, em um ambiente apropriado", assegurou o juiz e diretor do Fórum de São Mateus, Marco Aurélio Marques.

O projeto conta nas comarcas com parceria do Poder Executivo, na cessão de assistentes sociais e psicólogos que irão atuar nos casos.

CNJ

A implantação das salas de depoimento especial cumpre a Resolução nº 33/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que recomendou a criação de serviço especializado na oitiva de menores de idade, vítimas ou testemunhas de crimes, no qual a palavra da criança e do adolescente é valorizada na produção de provas testemunhais para a responsabilização dos agressores.

Tribunal de Justiça do Maranhão modernizará gestão e rotinas no Judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) terá como parceiro o Movimento Brasil Competitivo (MBC) na elaboração da nova etapa do Planejamento Estratégico do Judiciário estadual. Por meio do Programa Modernizando a Gestão Pública, o MBC auxiliará o tribunal no desenho e padronização das rotinas administrativas e criação de um escritório de projetos, prevendo a modernização dos serviços e maior agilidade na prestação jurisdicional.

A parceria foi firmada no mês de dezembro de 2014, em evento do MBC em São Paulo (SP). Na ocasião, o tribunal maranhense foi representado pela coordenadora da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do TJMA, juíza Sônia Amaral.

A exemplo de outros tribunais do país, como o Tribunal de Contas da União, Tribunal de Justiça de São Paulo e Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o TJMA passará a desenvolver projetos de gestão com assessoria de grandes consultorias nacionais, a custo zero, já que o MBC é que busca financiadores e parceiros para o desenvolvimento de seus programas.

"Passaremos a desenvolver o planejamento e as rotinas em padrões internacionais de eficiência e automação, praticamente sem custo e com total apoio da entidade, sem termos qualquer contato com empresas ou entidades financiadoras", explica Sonia Amaral.

Segundo a coordenadora da AGEM, o tribunal já recebeu a visita da primeira empresa de consultoria parceira da MBC para entrevista e análise. Mais duas ou três consultorias deverão ser apresentadas e entrevistadas para, em seguida, o TJMA avaliar e indicar ao MBC qual delas tem o perfil ideal para atuar nos projetos locais. Esse processo deverá demorar cerca de dois meses.

A partir da escolha da consultoria, o MBC dará o sinal para o início dos trabalhos, que é um processo longo de estudos, análises, replanejamento e acompanhamento da execução. "Um dos grandes benefícios desse projeto é que a consultoria, além de montar conosco o planejamento do TJMA, acompanhará a sua execução, que será totalmente amarrada ao orçamento disponível", completa a coordenadora.

Além do planejamento estratégico, serão repensados e criados novos modelos de rotinas administrativas, manuais, ferramentas automatizadas entre outras soluções que modernizem e padronizem os processos internos do TJMA, independentemente do foco de gestão ou prioridade.

Para a juíza, toda administração exige uma boa governança, que só se consegue com planejamento, organização e rotinas modeladas. "A boa governança dará suporte à nossa atividade fim, que é prestar um excelente serviço ao cidadão. O benefício maior é para o jurisdicionado", avalia.

EXPERIÊNCIA

O primeiro contato com o MBC, segundo Sônia Amaral, foi feito através de uma videoconferência, estendendo-se para mais duas reuniões em Brasília, que teve a presença do diretor-geral do TJMA, Hebert Pinheiro Leite e, posteriormente, da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e o desembargador Lourival Serejo.

O Movimento Brasil Competitivo - de fomento e implantação de programas e projetos para o desenvolvimento

socioeconômico nacional - é uma reunião de grandes empresas nacionais que atua como agente mobilizador entre os diferentes segmentos e setores do país, na busca pela excelência em gestão e melhoria da competitividade brasileira. A instituição foi criada em 2001 pelo empresário, hoje presidente fundador, Jorge Gerdau Johannpeter e já atuou em diversos estados, em governos, prefeituras, tribunais, além de realizar estudos que auxiliem na evolução da sociedade brasileira.

Tribunal atende 243 demandas urgentes em plantões de 2014

O Plantão Judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) atendeu a 243 solicitações urgentes no ano de 2014. O serviço, que funciona diariamente, recebe pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas) e decretação de prisão provisória, entre outras demandas.

Do total de recursos recebidos, 134 foram julgados imediatamente pelos desembargadores plantonistas, sendo 45 liminares concedidas e 89 negadas. Outros 109 foram recebidos e redistribuídos para julgamento. O plantão funciona das 18h às 8h em dias úteis. Nos sábados, domingos e feriados, inclusive nos dias de ponto facultativo, inicia-se às 18h do último dia útil anterior e se estende até às 8h do primeiro dia útil subsequente.

Até o dia 20 de janeiro, o tribunal está funcionando em sistema de plantão judicial, nas esferas cível e criminal, ficando suspensos os prazos processuais e publicações de acórdãos, sentenças, decisões e intimações de partes e advogados de processos físicos e virtuais, em primeira e segunda instâncias.

Fonte: TJMA

Judiciário instala salas para coleta de depoimento de crianças em várias comarcas do Estado

Em Timon, a presidente do TJMA, Cleonice Freire, apresenta aos juízes e desembargadores sistema de vídeo utilizado na coleta dos depoimentos

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instalou, em 2014, em várias comarcas do Estado, salas equipadas para a coleta de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física e psicológica em processos que tramitam na Justiça. Os espaços estruturados estão em funcionamento nas comarcas de São Luís, Bacabal, Santa Inês, Imperatriz, Caxias, Timon, Raposa, Coelho Neto, Coroatá e São Mateus. A próxima sala será implantada no Fórum de Chapadinha.

Para a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, o depoimento especial humaniza o atendimento e evita a revitimização das crianças e adolescentes. Esse procedimento leva em consideração o seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão dos fatos, evitando qualquer tratamento intimidativo ou constrangedor, explicou ao entregar sala instalada no Fórum de São Luís.

O desembargador Jamil Gedeon Neto, responsável pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal (CIJ-TJMA), demonstrou aos diretores dos fóruns como funcionará a oitiva de crianças. Nas salas especiais, as vítimas e testemunhas se sentem mais a vontade para narrar os fatos relacionados ao crime, com a presença de profissionais capacitados, e sem sofrerem nenhum tipo de constrangimento ou ameaça, reforçou.

No Maranhão, o primeiro espaço especializado na coleta do depoimento de crianças foi instalado em 2008, no Fórum de Coelho Neto, antes mesmo da recomendação feita pelo CNJ, em 2010. O espaço é coordenado pela juíza membro da CIJ, Karla Jeane Matos, também titular daquela comarca.

Essa conquista representa a realização de um anseio de todos os profissionais que atuam na área da infância e juventude e, principalmente da sociedade. A partir de agora, poderemos julgar os respectivos casos com mais segurança, tendo em vista que os relatos serão mais fidedignos ao preservarmos a integridade emocional das vítimas, em um ambiente apropriado, assegurou o juiz e diretor do Fórum de São Mateus, Marco Aurélio Marques.

O projeto conta nas comarcas com parceria do Poder Executivo, na cessão de assistentes sociais e psicólogos que irão atuar nos casos.

CNJ - A implantação das salas de depoimento especial cumpre a Resolução nº 33/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que recomendou a criação de serviço especializado na oitiva de menores de idade, vítimas ou testemunhas de crimes, no qual a palavra da criança e do adolescente é valorizada na produção de provas testemunhais para a responsabilização dos agressores.

Assessoria de Comunicação do TJMA

Órgão Especial do TJMA realizou 53 sessões em menos de um ano de existência

As sessões do Órgão Especial ocorrem, normalmente, às quartas-feiras (Foto: Ribamar Pinheiro)

Instalado em 22 de janeiro de 2014, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizou 53 sessões nos primeiros onze meses de existência. O órgão colegiado se reuniu administrativamente 20 vezes de forma ordinária e sete de maneira extraordinária. Também houve 26 sessões jurisdicionais ao longo do ano, nas quais foram julgados 258 processos, de acordo com dados do Sistema Themis SG. As sessões ocorrem, normalmente, às quartas-feiras.

A primeira sessão do Órgão Especial foi realizada no dia 29 de janeiro de 2014, mas seu histórico remete a 2013. No dia 6 de novembro daquele ano, o Tribunal de Justiça aprovou o anteprojeto de lei complementar para sua criação, a fim de permitir a divisão de atribuições com o Tribunal Pleno, agilizando os julgamentos na Justiça de 2º grau.

A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) prevê que os tribunais de Justiça estaduais, com mais de vinte e cinco desembargadores, podem constituir órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do Pleno.

Ficou definido que o novo órgão teria 15 membros: os seis desembargadores mais antigos do Tribunal e outros seis eleitos entre os demais, além do presidente, vice-presidente e corregedor-geral da Justiça. As sessões seriam realizadas com a presença de, no mínimo, nove desembargadores.

A proposta foi encaminhada pelo então presidente, desembargador Guerreiro Júnior, aprovada por unanimidade na Comissão de Divisão e Organização Judiciária e apreciada pelo Tribunal Pleno, sob a relatoria do desembargador Cleones Cunha. Na oportunidade, a presidente eleita, desembargadora Cleonice Freire, parabenizou Guerreiro Junior pela iniciativa de submeter a matéria à apreciação do colegiado.

Em 27 de dezembro de 2013, o TJMA aprovou o projeto de resolução que regulamentou o Órgão Especial, passando todas as atribuições e competências do Plenário para o novo colegiado, exceto eleição de membros da mesa diretora do Tribunal; da direção da Escola da Magistratura; dos membros do próprio Órgão Especial; de desembargadores, juízes e listas tríplexes de advogados para o TRE; alteração no número de desembargadores; escolha de juiz de entrância final para acesso ao Tribunal; formação de lista tríplex de candidatos ao cargo de desembargador pelo quinto constitucional e realização de sessões solenes.

No dia 22 de janeiro de 2014, o TJMA instalou, em sessão plenária administrativa extraordinária, o Órgão Especial, com sessões administrativas (na primeira e terceira quartas-feiras do mês) e jurisdicionais (segunda e quarta quartas-feiras do mês - e na quinta, quando ocorrer).

COMPOSIÇÃO - O Órgão passou a ser composto pelos desembargadores Cleonice Freire (presidente do TJMA), Anildes Cruz (vice-presidente), Nelma Sarney (corregedora-geral da Justiça) membros natos; Bayma Araújo, Jorge Rachid, Jamil Gedeon, Guerreiro Júnior, Cleones Cunha e Benedito Belo (titulares por antiguidade); além de Joaquim Figueiredo, Kleber Carvalho, Raimundo Barros, Angela Salazar, Lourival Serejo e Ricardo Duailibe

(membros titulares eleitos).

Os suplentes eleitos foram os desembargadores Paulo Velten, Bernardo Rodrigues, Marcelino Everton, Raimundo Melo, Maria das Graças Duarte e José Luiz Almeida.

Assessoria de Comunicação do TJMA

asscom@tjma.jus.br

TJMA possui serviço de atendimento às vítimas de crimes violentos

O serviço funciona no Fórum de São Luís, com uma equipe multiprofissional

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) tem um serviço voltado para o atendimento prioritário de pessoas carentes, vítimas de crimes violentos. Trata-se do Centro de Apoio às Vítimas (CEAV), que funciona no Fórum de São Luís, no Calhau, com uma equipe multiprofissional, que identifica as situações de urgência, define a assistência necessária (se jurídica, social ou psicológica); orienta sobre os procedimentos imediatos e medidas legais cabíveis; e faz o acompanhamento dos processos judiciais.

Conforme a situação da vítima é feito o encaminhamento aos postos de saúde ou outros órgãos competentes e, sendo caso de abuso sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes ou idosos, as ocorrências são comunicadas aos respectivos órgãos.

O CEAV surgiu de uma necessidade da comunidade, que em relatos aos magistrados demonstrava a insatisfação diante da situação de desamparo e carência em que se encontravam as vítimas da violência. O centro foi criado pelo Decreto Governamental nº 27.794, de 4 de novembro de 2011, pelo então governador em exercício, desembargador Jamil Gedeon, ex-presidente do TJMA.

Para por em prática os serviços, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, firmou um Protocolo de Intenções com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Estado, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública e Universidade Federal do Maranhão.

ESTRUTURA - De acordo com o pactuado no protocolo de intenções, o Judiciário cedeu o espaço físico, no térreo do Fórum, com móveis e computadores, e possibilitou o acesso ao sistema processual.

O Ministério Público e a Defensoria Pública designaram profissionais para colaborar, em suas respectivas atribuições, no atendimento à demanda. O Governo do Estado cedeu servidores para atuar no apoio administrativo. E a Universidade Federal do Maranhão encaminha alunos dos cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social, em período de estágio, para atender às vítimas, e definir os procedimentos cabíveis, conforme a natureza da demanda.

Assessoria de Comunicação do TJMA asscom@tjma.jus.br

Corregedoria e Sejap iniciam trabalho visando à boa gestão prisional

A corregedora da Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, recebeu o secretário de Administração Penitenciária do Estado, Murilo Andrade, em reunião que buscou o alinhamento das ações a serem desenvolvidas pelas instituições em 2015 no âmbito da execução penal. O encontro foi realizado na manhã desta segunda-feira (12) na sede da Corregedoria. A desembargadora defendeu a continuidade no modelo integrado de atuação para romper com os problemas que ainda persistem nas unidades prisionais.

Abrindo a reunião, Nelma Sarney apresentou as atividades realizadas no âmbito do Judiciário, com destaque para a atuação da Corregedoria, que resultaram em ações concretas, dentre elas destaque para a priorização de análise de processos com réus presos durante as correições ordinárias, a instalação da Central de Inquéritos, a instalação de salas de videoconferência, o mutirão de análise processual de presos provisórios e a implantação da audiência de custódia.

O secretário disse estar fazendo um trabalho de levantamento de informações e da situação do sistema, mas que já tomou conhecimento do apoio da Corregedoria para prosseguimento das ações. Estamos passando um momento de conhecer melhor o funcionamento do sistema, mas já temos conhecimento do valoroso trabalho realizado pela Corregedoria e queremos, inclusive, continuar contando com o apoio do órgão.

Murilo Andrade pediu a colaboração do órgão correcional na implantação de um projeto que vem sendo desenvolvido na Sejap. Segundo o secretário, a proposta tem a finalidade de criar um setor de gestão de vagas ociosas nas unidades prisionais do Maranhão e, com isso, qualificar a colocação do preso dentro do sistema. Ele explicou que pretende unificar procedimentos nas unidades, que ainda são adotados de forma distinta.

Em relação às saídas temporárias, a corregedora defendeu que é um direito dos presos previsto em lei, mas que o uso das tornozeleiras eletrônicas pode ser aplicado juntamente com o benefício, a fim de garantir o monitoramento dos presos durante a saída e diminuir o número daqueles que não retornam. Murilo Andrade achou boa a proposta e afirmou que estudará a possibilidade da adoção desse procedimento.

Outra medida destacada por Nelma Sarney foi a conclusão das unidades prisionais. Ela afirmou que muitos presos não puderam ser remanejados em virtude da não abertura de novas vagas. Em relação a esse assunto, o secretário destacou que está concluindo a situação da unidade e que até junho as obras deverão ser entregues em sua totalidade.

Mais duas medidas propostas pela desembargadora Nelma e que foram bem recebidas. Uma delas trata da questão dos presos com problemas mentais que estão sob a custódia do Estado. A corregedora defende que seja realizada uma mobilização envolvendo o Município de São Luís para que também colabore na oferta de unidades de tratamento desses presos.

Por fim, Nelma Sarney apresentou a proposta para criação de um fundo de reaparelhamento para o sistema de segurança, envolvendo a Sejap. Toda a arrecadação do fundo seria revertida para melhoria constante dos órgãos que compõem a segurança pública do Estado.

Participaram do encontro os juizes auxiliares da Corregedoria Tyrone José Silva, José Américo Costa, Francica Galiza e Mário Marcio de Almeida. Também acompanhou a reunião a subsecretária da Sejap Camila Neves.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br www.facebook.com/cgjma

Novo juiz auxiliar de São Luís assina termo de exercício

Corregedora Nelma Sarney, juiz Sidney Cardoso, e juízes auxiliares da Corregedoria

O juiz Sidney Cardoso Ramos agora é auxiliar de entrância final. A assinatura do Termo de Exercício do magistrado ocorreu nesta sexta-feira (9), na sede da Corregedoria Geral da Justiça. Presenciaram a assinatura a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, e os juízes auxiliares da Corregedoria.

Depois de 16 longos anos de judicatura pelas comarcas do interior, nós chegamos com muita satisfação e orgulho à comarca de entrância final. E o objetivo é sempre trabalhar pela melhor prestação jurisdicional, ressalta Sidney Cardoso.

Até chegar à capital, ele passou pelas comarcas de Codó (como juiz auxiliar e substituto), depois titularizado nos municípios de em Passagem Franca, Icatu, e São Bento, aonde foi titular por sete anos.

Temos a certeza de que o juiz Sidney Cardoso fará um grande trabalho aqui em na Comarca da Ilha, a exemplo do que ele fez em outras comarcas, destacou a corregedora Nelma Sarney.

Sidney Cardoso foi promovido a Juiz Auxiliar de Entrância Final pelo critério de antiguidade. Ele ingressou na magistratura em 1998.

Michael Mesquita

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br www.facebook.com/cgjma

Parceria com entidade nacional modernizará gestão e rotinas do TJMA

O Movimento Brasil Competitivo (MBC) - de fomento e implantação de programas e projetos para o desenvolvimento socioeconômico nacional - será parceiro do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) na elaboração da nova etapa do Planejamento Estratégico do Judiciário estadual. Por meio do Programa Modernizando a Gestão Pública, a entidade auxiliará o tribunal no desenho e padronização das rotinas administrativas e criação de um escritório de projetos, prevendo a modernização dos serviços e maior agilidade na prestação jurisdicional.

A parceria foi firmada no mês de dezembro de 2014, em evento do MBC em São Paulo (SP). Na ocasião, o tribunal maranhense foi representado pela coordenadora da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do TJMA, juíza Sônia Amaral.

A exemplo de outros tribunais do país, como o Tribunal de Contas da União, Tribunal de Justiça de São Paulo e Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o TJMA passará a desenvolver projetos de gestão com assessoria de grandes consultorias nacionais, a custo zero, já que o MBC é que busca financiadores e parceiros para o desenvolvimento de seus programas.

“Passaremos a desenvolver o planejamento e as rotinas em padrões internacionais de eficiência e automação, praticamente sem custo e com total apoio da entidade, sem termos qualquer contato com empresas ou entidades financiadoras”, explica Sonia Amaral.

Segundo a coordenadora da AGEM, o tribunal já recebeu a visita da primeira empresa de consultoria parceira da MBC para entrevista e análise. Mais duas ou três consultorias deverão ser apresentadas e entrevistadas para, em seguida, o TJMA avaliar e indicar ao MBC qual delas tem o perfil ideal para atuar nos projetos locais. Esse processo deverá demorar cerca de dois meses.

A partir da escolha da consultoria, o MBC dará o sinal para o início dos trabalhos, que é um processo longo de estudos, análises, replanejamento e acompanhamento da execução. “Um dos grandes benefícios desse projeto é que a consultoria, além de montar conosco o planejamento do TJMA, acompanhará a sua execução, que será totalmente amarrada ao orçamento disponível”, completa a coordenadora.

Além do planejamento estratégico, serão repensados e criados novos modelos de rotinas administrativas, manuais, ferramentas automatizadas entre outras soluções que modernizem e padronizem os processos internos do TJMA, independentemente do foco de gestão ou prioridade.

Para a juíza, toda administração exige uma boa governança, que só se consegue com planejamento, organização e rotinas modeladas. “A boa governança dará suporte à nossa atividade fim, que é prestar um excelente serviço ao cidadão. O benefício maior é para o jurisdicionado”, avalia.

EXPERIÊNCIA - O primeiro contato com o MBC, segundo Sônia Amaral, foi feito através de uma videoconferência, estendendo-se para mais duas reuniões em Brasília, que teve a presença do diretor-geral do TJMA, Hebert Pinheiro Leite e, posteriormente, da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e o desembargador Lourival Serejo.

O Movimento Brasil Competitivo é uma reunião de grandes empresas nacionais que atua como agente mobilizador entre os diferentes segmentos e setores do país, na busca pela excelência em gestão e melhoria da competitividade brasileira. A instituição foi criada em 2001 pelo empresário, hoje presidente fundador, Jorge Gerdau Johannpeter e já atuou em diversos estados, em governos, prefeituras, tribunais, além de realizar estudos que auxiliem na evolução da sociedade brasileira.